

Agricultura Urbana e Periurbana como estratégia de re-existência: a resignificação do espaço urbano a partir de práticas rurais

Betty Nogueira Rocha

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

bettyrocha33@gmail.com

Introdução

O “inchamento das cidades”, sobretudo, em áreas metropolitanas (MARICATO, 2000) aprofundou o histórico quadro de reprodução das desigualdades sociais que podem ser sintetizados em pelo menos dois déficits. O primeiro refere-se ao que Rolnik (2016) denominou como *déficit de cidade* (ROLNIK, 2016) relacionado não exclusivamente ao acesso à terra e moradia, como também condições dignas de existência com saneamento básico, acesso à infraestruturas diversas, transporte, etc. O segundo é o *déficit alimentar* devido à falta de acesso regular e permanente a alimentos em quantidade suficiente para uma vida saudável por uma parcela significativa da população em situação de vulnerabilidade social nas áreas periféricas das cidades. Estes déficits resultam naquilo que Rolnik (2016) definiu como exclusão territorial relacionada com a acumulação e sobreposição de distintas escalas de vulnerabilidade que podem ser melhores compreendidas pela negação ou o desrespeito aos direitos constitucionais que garantem aos cidadãos um padrão mínimo de vida, como é o caso do direito à alimentação e moradia.

A deterioração das condições da população brasileira no que se refere ao direito inalienável à alimentação acentuou-se durante a pandemia e pode ser constada a partir da identificação de 58,7% dos domicílios que enfrentavam algum nível de insegurança alimentar (IA) em 2022, conforme dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. No Rio de Janeiro 2,7 milhões de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, 15,9% das famílias fluminenses enfrentavam diariamente a privação no acesso aos alimentos (Fonte: Rede Penssan, 2023).

O retrato das históricas desigualdades sociais se expressam no território fluminense de distintas formas. A Baixada Fluminense, área pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), possui traços e características socioeconômicas definidas pela sua proximidade geográfica com a capital, todavia, seus indicadores colocam em relevo as faces desiguais desse território seja pela pobreza e condições de vulnerabilidades distintas da sua população (fome, desemprego, falta de acesso à saneamento básico, etc.), seja pela violência, sempre com destaque para o viés racial e de gênero. O recrudescimento dessas desigualdades após a pandemia da covid-19 se expressa no grau de incidência da pobreza e distintas escalas de vulnerabilidades sociais à que a população da Baixada foi exposta.

É nesse cenário que as práticas de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) tem se fortalecido não somente para o sistema de abastecimento de alimentos mas, também, como atividade potencializadora da segurança alimentar, geração de trabalho e renda para grupos sociais mais vulneráveis nos grandes centros urbanos e suas regiões metropolitanas. O conceito de AUP se configura num efervescente campo de debate teórico e de formulação de políticas públicas (BOUKHARAEVA et al, 2005) como é o caso da recente implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP), em 2023.

Estabelecer a construção conceitual de uma *agricultura urbana* requer o reconhecimento, à priori, de uma *agricultura rural*. Isso induz a pensar o rural como sinônimo de campo, historicamente associado à ideia de atraso e arcaico; ao passo que a materialidade do urbano se expressa na forma cidade como espaço de progresso e modernidade. Essa relação ambígua e dialética entre o rural-urbano ou entre campo-cidade amplamente investigada no campo das ciências sociais aplicadas podem ser compreendida a partir de **dois movimentos interpretativos**.

O **primeiro** resultante da abordagem “urbano centrada” ao destacar o urbano como o pólo dinâmico e dominante e o rural como o pólo atrasado (RAMBAUD, 1976). Desta relação assimétrica resultaria um processo de homogeneização social do espaço traduzida pela “perda de nitidez das fronteiras” entre o rural e o urbano (MORMONT, 1996). O **segundo movimento** interpretativo evidencia as continuidades que aproximam os dois pólos sem que sejam corrompidas suas particularidades e características heterogêneas. Esta noção de *continuum* considera a proximidade espacial entre rural-urbano, a constituição de identidades referenciadas espacialmente e ao sentimento de pertencimento ao meio rural (CARNEIRO, 2008; WANDERLEY, 2000; KAYSER, 1990).

É justamente do avanço analítico da relação campo-cidade que nas últimas décadas tem-se ampliado o debate sobre agricultura urbana e periurbana (AUP). *Grosso modo*, a AUP abrange tanto a produção de alimentos desenvolvida no interior do perímetro urbano dos municípios e nas franjas das cidades para fins comerciais ou autoconsumo familiar e/ou comunitário, quanto para outras finalidades tais como lazer, ativismo, funções educativas, etc. Desde as hortas comunitárias até as hortas verticais, quintais produtivos, telhados verdes, agricultura em linhões ou fazendas verticais de alta tecnologia, as práticas da AUP são desenvolvidas individualmente ou coletivamente de maneira formal ou informal em espaços privados ou públicos por grupos sociais que vivem em distintas condições socioeconômicas e nem sempre contam com apoio institucional de alguma política pública.

Metodologia

O objetivo desse artigo é apresentar um debate conceitual sobre agricultura urbana e periurbana, suas conexões com as práticas da economia solidária e ambientalmente sustentável através de um estudo de caso em Duque de Caxias, município localizado na Baixada Fluminense (RJ).

A pesquisa em curso utiliza procedimentos de análise qualitativa através de múltiplas técnicas de coleta de dados, tais como levantamento bibliográfico; análise de dados secundários de instituições de pesquisa; observação participante; mapeamento das experiências de AUP com aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas.

Resultados

O trabalho de campo realizado no distrito de Xerém com grupo de 40 agricultores pretende caracterizar as tipologias de AUP desenvolvidas no território e problematizar as experiências de práticas rurais na cidade como importante movimento de resistência territorial de grupos sociais mais vulneráveis.

Palavras-chaves: agricultura urbana e periurbana; economia solidária; Baixada Fluminense; Rio de Janeiro; Brasil

Bibliografia citada

BOUKHARAEVA, Mansourovna Louiza et al. Agricultura Urbana como um Componente de Desenvolvimento Humano Sustentável: Brasil, França e Rússia. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.22, p.413-424, maio/ago. 2005. Disponível em <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8677>. Acesso junho, 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 11.700, de 12 de setembro de 2023. **Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 12 set. 2023.

CARNEIRO, Maria José. **"Rural" como categoria de pensamento**. In: Ruris. Campinas: EdUnicamp, 2008.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. In: **Políticas Sociais**. Brasília: IPEA, v. 12, p. 211-220, 2006

MORMONT, Marc. Le rural comme catégorie de lecture du social. In: Jollivet, Marcel.RAMBAUD, Placide. **Sociologia Rurale**. Paris: Mouton, 1976.

MOUGEOT, L. J. Agricultura Urbana - conceito e definição. In: **Revista de Agricultura Urbana**, n.1, 2000. Disponível em https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf. Acesso em julho de 2022.

PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo (SP): Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN; 2022. Disponível em <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso nov., 2023.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias? In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 89, São Paulo, mar., 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006. Acesso dezembro, 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 15, outubro, 2000.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A questão agrária, uma questão para a sociedade brasileira. In: **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 39, n. 1, jan./jun. 2019.